

Acordo com credores reduzirá dívida em US\$ 7 bi

Toronto — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assinou ontem com os representantes dos bancos credores um acordo de reestruturação da dívida externa que, quando completado, reduzirá em cerca de US\$ 7 bilhões a conta de US\$ 35 bilhões de débitos renegociados e estenderá os pagamentos de juros e principal do restante ao longo dos próximos 30 anos, a taxas fixas.

A efetivação do negócio, que encerra para o País a custosa crise da dívida externa contraída pelo regime militar, depende ainda do apoio do Fundo Monetário Internacional ao programa de estabilização que o governo anunciou na semana passada.

O aval do FMI levará o Tesouro dos Estados Unidos a fazer uma emissão especial de títulos, no valor total de aproximadamente US\$ 3,7 bilhões, que o País comprará e repassará aos bancos em quatro parcelas. A primeira, de US\$ 2,8 bilhões, tem que ser apresentada até o dia 15 de abril, o prazo acertado para a efetivação do acordo. O ministro da Fazenda ressaltou a importância histórica do ato, realizado na presença de cerca de 150 pessoas num salão enfeitado com bandeiras

no hotel Four Seasons. Último dos grandes devedores a regularizar suas relações com os bancos, depois de duas moratórias, "o Brasil aceitou o desafio do futuro" e chegará a um entendimento com o fundo, garantiu Fernando Henrique.

O interesse dos bancos em acabar com o que o ministro chamou de "uma dor de cabeça permanente" foi confirmado ontem mesmo pela representatividade dos credores que aderiram ao acordo, bancos detentores de um total de 89% da dívida, a maioria assinou por procuração.

William R. Rhodes, o vice-presidente do Citibank, que comandou o comitê dos credores, previu que ainda em dezembro será alcançada a "massa crítica" que, tecnicamente, permite a concretização dos contratos. A relutância da família Dart, dos EUA, que detém 4% da dívida, não impedirá a obtenção da massa crítica nem a entrada em vigor do negócio, disseram Rhodes e fontes oficiais brasileiras.

Em seu discurso, o ministro da Fazenda prestou uma homenagem especial a um de seus antecessores no cargo, Luiz Carlos Bresser Pereira. Fernando Henrique lembrou

o papel precursor, não reconhecido na época, que Bresser Pereira teve nos breves meses que ocupou a pasta da Fazenda, em 1987, quando lançou o conceito do perdão parcial e da securitização da dívida.

Repelida publicamente pelo então secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, o conceito virou a base do "plano Brady", lançado pelo secretário de Estado seguinte, Nicholas Brady, como estratégia oficial dos EUA para o problema da dívida.

Fernando Henrique saudou também o trabalho realizado pelo presidente do Banco Central, Pedro Sampaio Malan, que como negociador da dívida comandou os mais de dois anos de negociações, em meio a mudanças de governo e de ministros.

William R. Rhodes reservou sua homenagem especial ao ex-ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, e ao ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, lembrando a importância do primeiro acordo da dívida, que eles negociaram com os bancos em 1983, "quando havia um amplo temor que o sistema financeiro internacional poderia entrar em colapso". (Paulo Sotero, da AE)